

- 1- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
- 2- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)

---

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

---

**112ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA**

Discursos Proferidos em 19/12/95

**O Deputado Raul Lima Neto** - Sr. Presidente Agostinho Patrús, Sr. Secretário Rêmolo Aloise, Sra. Secretária Maria José Haueisen, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, eis que chegamos ao final de 1995. Aproveito esta oportunidade para, desta tribuna, agradecer a Deus pelo ano que tivemos, porque, em todos os dias que se passaram, percebemos que a sua bondade e a sua misericórdia, sobretudo, nos acompanharam. Também faço uso deste microfone para dizer que aprendi muito neste ano com os amigos Deputados. Acredito que, pela vontade de Deus, 1996 há de ser muito melhor no sentido do exercício da justiça e do juízo por esta Casa.

Nesta oportunidade, também, aproveito para deixar registrado, gravado, nesta Casa, projeto que protocolamos nesta semana e que acreditamos ser de grande interesse para toda a comunidade do Estado de Minas Gerais e, por que não dizer, para toda a humanidade, pois Minas é um Estado que possui bacias fluviais muito importantes, como o rio São Francisco, atualmente exemplo de degradação, poluição, descaso e tratamento inadequado da natureza e do meio ambiente por parte do homem. Águas cristalinas, águas correntes, puras, rios piscosos trazem mais do que tranquilidade, mais do que lazer para o povo, pois trazem, também, as bênçãos de Deus, uma vez que se relacionam com o primeiro mandamento passado por Ele ao homem quando o colocou no Éden e o mandou, como jardineiro, guardar a terra, cuidando do meio ambiente. Essa é a razão pela qual protocolamos o projeto de lei que dispõe sobre a conservação das nossas nascentes naturais e o saneamento de nossos cursos d'água e lagos. Passo a ler o projeto porque, já de antemão, sei da oposição que lhe será feita, sei das ameaças que já começam a vir por sua causa. Entretanto, temos a convicção de que os Deputados, compromissados com o povo, compromissados com o bem-estar do nosso Estado e com o equilíbrio do meio ambiente, hão de nos apoiar, porque acredito ser este um projeto desta Casa, portanto, de todos nós.

- Lê o Projeto de Lei nº 627/95, publicado na edição de 20/12/95.

Srs. Deputados, certamente, todos sabem que a nossa estatal, a COPASA, que tem ganhado a concorrência em quase todos os municípios que contratam empresas para o tratamento de águas e esgoto, embora tenha tratado com cuidados dignos de elogios a água para beber, tem jogado esgotos e detritos em nossos rios.

Na Cidade de Januária, por exemplo, estamos com esgoto sendo jogado no rio São Francisco, num verdadeiro acinte, num verdadeiro descaso ao povo, ao rio e ao nosso Estado. E, evidentemente, na sua prestação de contas, no seu contrato, essa empresa promete e propõe lançar apenas esgotos tratados, ou seja, águas que não ameaçam a vida da ictiofauna e do homem, razão pela qual fiz esse projeto. Sei que haverá uma batalha nesta Casa, mas tenho convicção de que todos os Srs. Deputados estarão alinhados nesse compromisso de cuidar do bem-estar do nosso povo e do equilíbrio do ambiente em que vivemos.

Ao concluir, mudando de assunto, mas com relação a matéria política, quero, nos dois minutos que me restam, também denunciar, com tristeza, de acordo com a notícia que recebi, que foi retirado do orçamento da União o asfaltamento da estrada de Januária a Itacarambi, de Januária a Montalvânia.

Isso é um absurdo, Srs. Deputados, pois essa é uma estrada que podemos chamar de via de integração de todo o Estado mineiro, uma estrada que virá, se executada, se asfaltada, não somente a propiciar descanso, a propiciar o progresso ao Norte de Minas, mas também a todo o povo de Minas, a todo o povo do Brasil, que, tendo acesso por via asfáltica àquelas cidades, aos mananciais de águas, como os dos rios Poxá, Carinhanha e Pandeiros, teria a oportunidade de desfrutar as belezas de uma região

próspera e turística, plena das bênçãos de Deus. Região que, agora, sem explicação, sofre, mais uma vez, o descaso das autoridades que, sem querer ver, ou porque são mais cegos que os verdadeiramente cegos, porque nem vêem o que estão olhando, tiram do Orçamento da União essa tão importante parcela para a prosperidade e a bênção de todo o Norte de Minas.

É com pesar que comunico isso, mas nesses 37 segundos quero terminar agradecendo também a paciência, a amizade que todos os companheiros tiveram conosco, neste ano, e agradecendo de todo o coração ao nosso Deus, que aqui nos colocou. Muito obrigado.

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Eduardo Azeredo definiu a data do pagamento do décimo terceiro do servidor público. Ou melhor, disse ao funcionário público que não tem dinheiro para pagar seu abono. Desculpe, fica para o ano que vem, se der.

Excelente administrador, o Sr. Governador. Viajou o ano inteiro e deixou para a última hora a solução de um problema que deveria estar resolvido desde o primeiro mês do ano, com a reserva de 1/12 de cada folha de pagamento para garantir esse direito. A decisão só gerou indignação, angústia e saldos negativos. Ora, tenha a paciência, Sr. Governador. Esse dinheiro é o prêmio de fim de ano a todos os que trabalham duro para levar adiante um Estado que os remunera mal, um Estado que os escolheu como culpados de todos os males da máquina governamental. Nem nos tempos de Newton Cardoso se viu tamanha falta de consideração.

O servidor público, que já perdeu suas férias-prêmio este ano, por obra e graça dos tecnocratas tucanos, perde agora suas esperanças de trocar aquela cortina, comprar roupas, presentear, viajar; vê escoarem pelo ralo os sonhos de um fim de ano mais alegre. O servidor público não tem fundo de garantia nem garantia de pagamento ou de respeito ao inalienável direito à dignidade do salário.

Tem ainda o IPVA, que os bicudos de gabinete trouxeram para janeiro e que seria compensado pelo décimo terceiro que S. Exa. confiscou. Porque não passa de um confisco, maquiado pelas explicações pausadas e tranqüilas de recessão e dificuldades. Recessão, aliás, que os próprios se encarregam de alimentar, com a política de "Robin Hood" às avessas dos tucanos federais e mineiros. Senão, vejamos: os Bancos têm problemas? Vamos diminuir as cestas básicas do Programa Comunidade Solidária para financiar suas fusões e incorporações, a juros camaradas, é claro. As empreiteiras atravessam período difícil? Vamos pagá-las para evitar que afetem a economia.

Os tecnocratas, do alto de suas viseiras, com ar condicionado e carro oficial, não percebem o impacto de, nas palavras do Governador, 40% do funcionalismo, ou seja, 160 mil famílias sem dinheiro no Estado. Isso terá efeito negativo nas vendas e, em consequência, produzirá queda na receita de ICMS.

Enquanto isso, as estradas do Estado estão salpicadas de postos de fiscalização abandonados, em que a ação do tempo deteriora equipamentos e obras caras. Obras que não deixam de ser pagas, mesmo que às custas do sacrifício de milhares de servidores. Como aumentar a receita com tamanho "dinamismo" e "cuidado" na administração pública?

O Governo passado, de Hélio Garcia, às custas de muita luta e negociação, aceitou repassar o crescimento da receita aos salários, por via da Lei nº 11.115, de 16/6/93. Nenhuma maravilha, mas era melhor que deixar ao alvedrio da Fazenda os índices de reajuste, naqueles tempos de inflação alta. Durou pouco essa "conquista". Menos de um ano depois, o tucano-mor implantava o Plano Real, que consolidou as perdas do funcionalismo. Alívio para os governantes mineiros, já que agora eles podem alegar limites constitucionais e que tais, jogando nas costas dos servidores, com a colaboração da imprensa, a culpa das mazelas de sucessivas más administrações.

Isso sem contar o total desrespeito, a falta de responsabilidade e dignidade, o não-cumprimento de leis. A iniciativa privada, se não paga o abono de Natal, sofre sanções imediatas, até mesmo por via judicial. Os atuais governantes, que querem que o servidor público perca seus supostos "privilégios" para equiparar-se ao trabalhador privado, não oferecem alternativas às garantias da CLT e, pior, negam-lhe o pagamento do sonhado décimo terceiro. É o absurdo maior, dentro desta distorcida visão de justiça social que os pseudo-social-democratas do PSDB vêm demonstrando.

A Assembléia, cujos membros aposentam-se com dois mandatos ou oito anos, ainda aprova, este mês, a aposentadoria especialíssima de Governadores: basta um mandato de quatro anos para que o ex-Governador faça jus aos vencimentos do atual, permitindo-se inclusive o pensionamento de viúvas. Esta Casa, então, vai pactuar e se curvar uma vez mais às decisões e prioridades do Executivo, qualquer que seja o partido ou a pessoa que o ocupe.

Entendemos que esta Casa não pode ficar alheia a isso. Temos que ter uma posição firme e exigir do Executivo o cumprimento do que reza a legislação, que obriga a pagar até o dia 20 o 13º salário aos servidores. Esperamos que o Poder Legislativo cumpra, de fato, sua função e exija do Executivo o cumprimento da lei. Os servidores públicos não podem, mais uma vez, ser vítimas dos desmandos do Executivo. Em entrevista, o Sr. Governador diz que vai demitir e, no entanto, manda para cá no dia

14, no penúltimo dia da sessão legislativa, no dia em que estaríamos entrando em recesso, um projeto criando novos cargos. Não podemos aceitar esse tipo de coisa. Vamos nos posicionar contrariamente e queremos, de fato, que o Governador respeite os servidores, garantindo-lhes o décimo terceiro e abrindo uma negociação clara e transparente para que possamos, enfim, ter modificações no serviço público. Mas que o Governo pare de enviar, para serem apreciados a toque de caixa, projetos propondo aumento de funcionários, ao mesmo tempo em que vai para a imprensa dizer que quer exatamente o contrário. Vamos deixar de brincadeira. Vamos falar e colocar no papel, e não, falar uma coisa e escrever outra. Muito obrigado.

**O Deputado Miguel Martini** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encerrar o meu primeiro ano de mandato nesta Casa fazendo um balanço e algumas considerações sobre a minha gestão, à luz dos compromissos assumidos com o povo que me elegeu e dos valores sociais cristãos em que fui formado e que inspiram a minha vida e meu exercício parlamentar nesta magna Assembléia.

Lembro-me muito bem de que, no meu primeiro pronunciamento, assumi o compromisso de representar com absoluta lealdade, dignidade e autenticidade os mais altos interesses da nossa sociedade, sem me esquecer da responsabilidade que me incumbe de contribuir permanentemente para o desenvolvimento e a transformação do nosso País e da nossa sociedade. Enfim, naquele momento, assumi, e renovo hoje, meu compromisso com a instauração de uma democracia integral, representativa e participativa. Assumi o compromisso de ajudar a resgatar a essência da política, que é servir, e a credibilidade em nós, políticos. Uma política séria e políticos responsáveis são o alicerce indispensável para se alcançar a felicidade de todos e de cada um dos nossos compatriotas e para se consolidar a democracia, firmando um sistema de vida em todos os níveis da nossa sociedade. À luz de todos esses compromissos, as nossas realizações, postas na balança, não pesam tanto quanto gostaríamos, e duvidamos de que, algum dia, consigamos sentir-nos plenamente satisfeitos. Sempre será um imperativo tentar fazer não apenas o possível, mas também tornar possível a satisfação das necessidades e a concretização dos mais caros sonhos do nosso povo.

Por isso, para nós, o exercício de uma função pública - especialmente, política - é um constante desafio, uma vez que, em função dos grandes ideais, somos obrigados a buscar novas alternativas, novas possibilidades, novos recursos, novas formas de resolver os problemas, com imaginação e criatividade. Assim, concebemos a política como sendo a ciência, a técnica e a arte de possibilitar o bem comum e a felicidade da sociedade, mediante a superação das dificuldades. Acreditamos, sim, que temos conseguido avanços importantes, especialmente na área social; temos debatido todas as matérias levantadas nesta Casa e dado a nossa contribuição para a aprovação de leis importantes. Assumimos a função fiscalizadora, que a nós compete, com seriedade e responsabilidade.

Temos mobilizado e estimulado a sociedade para uma efetiva participação na discussão e priorização de seus problemas, através das audiências públicas municipais e regionais. Temos participado intensamente de todo esse processo; para isso, grande parte do nosso gabinete foi deslocado para o interior do Estado, com o objetivo de estimular a participação popular nessas audiências. Podemos registrar e afirmar a nossa contribuição particular através de projetos que tratam de matérias expressivas, tais como o SIAFI, o SIAFI-cidadão, que tornará disponíveis para o cidadão informações sobre a execução orçamentária e financeira do Estado; a regularização da instalação e do funcionamento de unidades lavradoras de batata do Estado; o controle e a comercialização do tiner; a inclusão de algumas autoridades no rol das que deverão ser arguidas por esta Casa; a alteração dos prazos relativos à tramitação do PPAG, de LDO e da LO; a sistematização e priorização das propostas resultantes nas audiências públicas municipais para efeito de elaboração do PMDI, do PPAG e da LO.

Enquanto Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, registramos a audiência instalada para receber o Secretário do Planejamento, o Sr. Walfrido dos Mares Guia, que compareceu a esta Casa para prestar informações a respeito do orçamento proposto para o exercício de 1996.

Ainda acrescentamos que neste mês aprovamos requerimento para reunir a Comissão de Compatibilização e Acompanhamento Orçamentário, para discussão a respeito da avaliação de resultados decorrentes da execução do orçamento público estadual.

Aqui, quero salientar que tudo que foi possível trabalharmos e produzirmos nesta Assembléia deveu-se, também, à força e à mística de trabalho que todos os funcionários, especialmente os da área técnica, nos deram. Eu, particularmente, senti esse apoio; por isso, meus agradecimentos e minha gratidão, estimulando-os a que continuemos de mãos dadas, somando e multiplicando as nossas potencialidades para melhor servir ao povo.

Que as senhoras e os senhores funcionários saibam que o povo se sentirá orgulhoso da qualidade dos seus servidores públicos, na medida em que soubermos dar respostas efetivas e oportunas a seus problemas e na medida em que nós, legisladores, também soubermos reconhecer e difundir seus méritos.

Considero propícia esta ocasião para estimular, também, meus colegas parlamentares a nos unirmos mais, para defendermos e consolidarmos a autonomia deste Poder Legislativo e para exercermos a plenitude de nossa função fiscalizadora.

Sobretudo, invoco a unidade, para atingirmos os grandes objetivos da justiça e do bem comum, conservando cada partido, obviamente, sua identidade e sua especificidade ideológica, mas com a visão posta nas grandes mudanças estruturais indispensáveis para a construção de uma nova sociedade.

Finalmente, animado já pelo ambiente de Natal, e nas vésperas da chegada de um novo ano, quero agradecer e parabenizar à Mesa desta Casa, a todos os meus colegas parlamentares e a cada um dos funcionários que nos acompanham, desejando-lhes muitas felicidades.

Recebamos o novo ano com espírito renovado, para redobramos os nossos esforços e o nosso serviço.

Que o Menino Jesus encha os nossos corações com Sua ternura e Seu espírito, para que, convertidos em agentes de transformação social, construamos um Brasil e um mundo marcados pela paz e pela justiça. Senhores, muito obrigado. Um feliz Natal para todos.

É meu desejo que este Natal não seja simplesmente a celebração de uma festa, mas seja, de fato, a celebração do nascimento do Menino Deus em cada coração e em cada família. Que Deus abençoe a todos nós, a todos os funcionários, a todas as nossas famílias e que, no ano que vem, iluminados pela força do Espírito Santo, possamos servir ainda melhor ao povo mineiro. Muito Obrigado.

**O Deputado Geraldo Nascimento\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, jornalistas, vou protocolar um requerimento nesta Casa pedindo informações à Secretária de Educação sobre vários fatos que estão em vias de acontecer em vários municípios de Minas Gerais, já se encontrando em adiantado processo na cidade de Timóteo e Ituiutaba.

Antes, porém, gostaria apenas de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, não é possível que nós, brasileiros e mineiros, tão perto do ano 2000, continuemos a testemunhar fatos como os que estão ocorrendo, principalmente porque o Presidente da República e, por conseqüência, o Governo mineiro, apontavam, dentre os cinco itens da sua plataforma de trabalho para a federação brasileira e para o Estado de Minas Gerais: a educação. Dos cinco pontos, a educação é uma questão que ninguém esquece.

Lamentavelmente, o que ocorre hoje são as chamadas fusões de escolas. Por exemplo, já se encontram, como falei, em estado bastante adiantado, as fusões de escolas nos Municípios de Timóteo e de Ituiutaba. Essas fusões, via de regra, são tratadas como anexações. Na cidade de Timóteo, estão-se juntando duas escolas e transformando-as em uma.

Onde fica o profissional e os trabalhadores do ensino? Para onde vai a formação do homem que, daqui a pouco, vai estar ocupando essas cadeiras, representando o povo mineiro? Para onde vai aquele ponto que os nossos governantes, tanto o federal quanto o estadual, falaram em campanha?

Gostaria de fazer menção a uma outra questão. Há pouco, estava sendo discutida aqui a anexação de duas comunidades - não distritos - de Caratinga à cidade de Ipatinga. Tivemos, nesta Casa, um Secretário de Governo, que veio aqui para tratar da possibilidade e conseguiu, na primeira votação, fazer valer a vontade deles. Encheram os ônibus com pessoas de Caratinga e regiões próximas, contra a anexação de São Cândido e de Cordeiro de Minas à cidade de Ipatinga.

Temos um recado para esse Secretário: por que não soma conosco, fazendo valer sua força, juntamente com a de todos os Deputados e com a do povo mineiro, para conseguirmos a gratuidade do ensino em todos os níveis, tanto nas escolas particulares quanto na rede pública?

O trabalhador tem os seus filhos nas piores escolas do País, e não é admissível que o operário estudante só tenha a opção de freqüentar uma escola particular quando atinge o 3º grau, justamente quando o custo é mais elevado, uma vez que a elite, detentora de melhores condições, tem acesso às universidades federais.

Vejo, desta tribuna, o colega Francisco Ramalho, Deputado de Itaúna, e quero dizer que tivemos a oportunidade de visitar esta cidade, assim como Conselheiro Lafaiete e várias outras. Visitamos, também, vários Prefeitos de cidades-pólo e pudemos verificar que a maior preocupação de todos, fundamentalmente, girava em torno da educação, uma vez que são unânimes no pensamento de que só haverá desenvolvimento no País a partir do momento em que sejam feitos grandes investimentos em educação. O Estado tem a obrigação de arcar com a gratuidade do ensino de 1º a 3º graus, não importando o fato de serem escolas particulares ou públicas. Tanto o ensino particular como o público devem ser gratuitos e de boa qualidade. Resta ao nosso Governo efetuar o pagamento aos donos de escolas particulares, garantindo aos estudantes operários um ensino gratuito e de qualidade. Esta é a mensagem que aqui deixo para que todos os membros desta Casa apóiem o projeto que apresentarei no ano que vem. Creio que no momento em que apresentarmos um projeto visando à gratuidade do

ensino do 1º ao 3º grau, tanto nas escolas particulares quanto nas estaduais, estaremos testando a vontade de todos os políticos. E tomara Deus que essa vontade faça jus aos vários discursos que todos esses políticos fizeram em suas campanhas eleitorais. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

**A Deputada Maria José Hauelsen** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, funcionários desta Casa que me escutam em seus gabinetes, no dia 16 passado, sábado, foi assassinado, em Corumbiara, o Vereador Manoel Ribeiro, mais conhecido pelo nome de Nelinho. Nelinho era defensor dos trabalhadores rurais, engajado na luta por justiça para o homem do campo, e exercia a sua vereança de forma clara e correta, respeitando os compromissos assumidos com a comunidade. Foi assassinado ao chegar em sua casa.

Nelinho já vinha sofrendo ameaças de morte e havia feito denúncias ao Ministro da Justiça. Entretanto, nenhuma providência foi tomada para protegê-lo, e somente depois da sua morte é que o Governo anuncia aos quatro ventos que está mandando um contingente da Polícia Federal para a área do crime. Queremos deixar bem claro que desejamos os nossos líderes vivos e não heróis assassinados. Mas o assassinato de Nelinho não pode ser surpresa num País onde a impunidade é constante, onde a justiça é morosa, onde o Governo toma posições claras ao lado daqueles que são os mais corruptos e que estão usando o tráfico de influência. E este Governo de Fernando Henrique faz, ainda, negociações em troca de votos. Ficamos assustados com um homem que escreveu livros, que se pronunciou a favor da social-democracia, a favor dos direitos do cidadão e que, ao chegar a hora de executar aquilo que escreveu, toma uma posição totalmente diferente. Entendemos que o Fernando Henrique Cardoso não é apenas omisso nas suas ações. Ele tem sido cúmplice da violência e da impunidade. Cúmplice, ao relegar a segundo plano os interesses dos mais necessitados, protegendo os privilegiados e aqueles que o aprovaram em campanha, o elegeram e o apóiam até hoje. É a mais vergonhosa troca de votos que já se viu nessa história. É o "toma lá dá cá"; é a política explícita do "é dando que se recebe", quando votos de ruralistas são trocados para que sejam aprovados os projetos do Governo, quando votos dos banqueiros são aceitos em troca da proteção de Bancos. E quais são os últimos escândalos que estamos acompanhando neste Governo? O do SIVAM, quando é claro e evidente que, em vez de procurar provar como foi feito o trambique da negociação com a empresa norte-americana e quais são os implicados neste escândalo, o Presidente procura quem grampeou o telefone e pune aqueles que estão implicados nisso. Ainda é vexatória a sua colocação quando tenta explicar para o Brasil quais foram os pronunciamentos do Presidente, também grampeados: telefonou para o assessor para pedir filme para o neto ou para ele ou para saber qual roupa usaria no México. Fernando Henrique Cardoso está subestimando a inteligência do brasileiro. Mesmo as pessoas de pouca inteligência não aceitam isso. Melhor seria que tivesse ficado calado.

Agora, acontece novo escândalo, a "pasta rosa", em que S. Exa., o Presidente da República, não procura saber quais foram os políticos que saquearam o Banco; quais foram os políticos que tomaram dinheiro para a campanha; como fizeram e como devem pagar isso agora. S. Exa. quer saber quem fez divulgação da "pasta rosa", quem colocou o nome dos políticos que o apóiam na rua, e quais são os "corvos" da área palaciana que estão sendo ameaçados pela transparência. É impressionante uma atitude dessa. O Presidente Fernando Henrique age como um policial que, ao saber que há criminosos no trecho, ao invés de procurar os criminosos, procura saber e correr atrás de quem está gritando "pega ladrão".

Temos no Brasil problemas graves que foram objeto da propaganda eleitoral do Presidente, quando levantava a mão e falava que suas metas eram a educação, a saúde, a agricultura, o desemprego e a segurança. Estamos vendo que foi tudo pura propaganda eleitoral. O problema agrário no Brasil é seriíssimo. Os países que conseguiram progresso-Inglaterra, França e Estados Unidos-fizeram sua reforma agrária a partir de ações do Governo. O Brasil somente de maneira tímida começa o movimento que tem de partir daqueles que são prejudicados, e não da parte do Governo. Somente as pessoas insensíveis, as pessoas que se sentem privilegiadas ou que apóiam os privilegiados não percebem as dificuldades dos trabalhadores rurais no País. Temos a insensibilidade e a conivência de um Governo que toma posição ao lado daqueles que estão liquidando os trabalhadores rurais. Não podemos nos calar diante da fachada de um governo social-democrata, que abriga todo o passado de ditadores e todo o passado de corruptos da história debaixo de suas asas.

O assassinato de Nelinho não pode continuar impune, naquela região onde a agressividade se torna cada vez pior, onde o massacre aos pequenos é cada vez pior. Primeiro, foi executado Chico Mendes; depois, veio a chacina de Corumbiara; agora, ocorre o assassinato de Nelinho. Já disse e repito: sabemos que ele há de ser o exemplo de luta, o exemplo de heroísmo, mas queremos que nossas lideranças continuem vivas para transformar o País e mudar a face de nossa história. Amanhã, diante dessa impunidade e dessa conivência do Governo, morrerão outras pessoas que ousarem

dificultar qualquer corrupção, qualquer mando ou desmando dos gananciosos, dos corruptos, que querem só para si tudo o que foi criado para todos.

O PT não pode se calar diante de tanto abuso, de tanta impunidade e de tantos desmandos, porque, se até agora foram essas pessoas que morreram, não temos dúvida que qualquer um que atravessar o caminho dos privilegiados terá o mesmo destino daqueles que morreram por amor a seu próximo. Amanhã, podem ser Deputados, podem ser Juizes, podem ser Governadores, qualquer um que ousar colocar a sua vida, a sua inteligência, a sua dignidade na luta pelo próximo.

Sr. Presidente, não posso terminar minhas palavras sem falar sobre o painel. V. Exa. se lembra do incidente que houve aqui, e que foi lamentável para todos nós, porque um companheiro nosso não ficou satisfeito com o resultado de uma eleição realizada nesta Casa. Se o painel estivesse funcionando, aquele triste e vergonhoso incidente não teria acontecido. Portanto, Sr. Presidente, esperamos que o painel funcione a partir do próximo ano. Muito obrigada.

**O Deputado Carlos Pimenta** - Exmo. Sr. ex-Governador do Estado de Minas Gerais e Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, durante esta semana, a grande imprensa de Belo Horizonte deu ênfase a um pronunciamento e a uma entrevista do nosso Governador, Dr. Eduardo Azeredo, em que ele reivindicou maior participação do Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Creio que tal reivindicação é a mais legítima e a mais justa possível, por várias razões. Em primeiro lugar, porque situa a importância de Minas no contexto nacional, pois o nosso Estado participa com mais de 15% do PIB brasileiro, além de ter uma das mais significativas Bancadas de Deputados Federais e Senadores, que estão dando o suporte necessário ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, Minas Gerais, por direito e por tradição, sempre teve uma participação decisiva nas medidas e nas ações do Governo Federal.

O Governador Eduardo Azeredo está absolutamente coberto de razão. É necessário que o Governo de Minas tenha um pouco mais de agressividade no que se refere a essa reivindicação. Já se foi o tempo em que o nosso Estado trabalhava calado. Temos de mostrar a nossa posição, temos de deixar claro que precisamos mais do que nunca da ajuda do Governo Federal, principalmente, levando-se em conta o exemplo de 1995, que foi um ano de poucos investimentos.

O nosso orçamento para 1996 está preso numa camisa-de-força, e temos certeza de que o Governador Eduardo Azeredo não terá a mínima condição para executar seu Plano de Governo, se não conseguir essa imprescindível ajuda. O que temos visto, Srs. Deputados, é uma presença constante dos outros Governadores junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, tanto pessoalmente quanto através das Bancadas de Deputados Federais.

Durante esta semana, tivemos a oportunidade de observar a ação do Senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, que, em momento algum, deixou de ser intransigente. Ameaçou, virou sua metralhadora, disparou para todos os lados e acabou levando, no grito, as obras e os benefícios para o seu Estado. Portanto, não temos mais de trabalhar em silêncio. Devemos mostrar que Minas tem uma posição firme e decisiva, pois sabemos que sem a ajuda do Governo Federal não conseguiremos cumprir o nosso plano de trabalho já divulgado e posto em andamento pelo Governador Eduardo Azeredo.

Com relação a esse assunto, queremos fazer a leitura de um "fax" que recebemos da diretoria do Projeto Jaíba. As chuvas naquela região são muito escassas. No entanto, por menor que seja o período chuvoso no Norte de Minas, sempre surgem problemas quase insolúveis. O Projeto Jaíba é um projeto vitorioso e já demonstrou que está dando certo. Pode ser considerado o maior projeto social dos Governos Estadual e Federal.

Aquele projeto se localiza a exatos 50km da cidade de Jaíba, à qual se liga por uma estrada não pavimentada. Entretanto, com as escassas chuvas que tivemos, instalou-se um verdadeiro inferno naquela estrada.

Os caminhões carregados de hortifrutigranjeiros produzidos na região do Projeto Jaíba estão demorando mais ou menos 8 horas para percorrer cerca de 50km. Imaginem uma carreta carregada de bananas, de verduras, de hortaliças, imaginem o sofrimento das pessoas responsáveis por essa carga e imaginem, principalmente, o prejuízo delas. Tenho em mãos alguns dados que gostaria de passar aos Srs. Deputados: o Projeto Jaíba produz mais ou menos 27 caminhões de alimentos por semana. A produção anual é de 1.400 caminhões de alimentos. O valor da produção, baseado na safra de 1995, foi de R\$5.600.000,00 e, nesse período de chuvas, as perdas chegam a 210 caminhões de alimentos, que equivalem a R\$840.000,00. Além do mais, por ser uma estrada não pavimentada, a diferença do preço de frete cobrado em Janaúba, que tem sua via de acesso asfaltada, chega a R\$2,00 por caixa, sendo o valor da diferença anual de R\$1.120.000,00 e o valor total das perdas pela diferença de preço e pelas perdas devido ao período chuvoso chegou, até meados de outubro deste ano, a R\$1.900.000,00.

Vejam bem a importância desses números. Esse projeto tem sido anunciado em verso e prosa. Esta Casa o visitou, através de uma Comissão Especial composta por alguns Deputados, que puderam ver sua grandiosidade.

Para o ano que vem, o Governo japonês já tem um contrato de US\$140.000.000,00 com o Governo do Estado de Minas Gerais. A primeira exigência do Governo japonês é que se asfalte imediatamente os 50km que separam o Projeto Jaíba da cidade de Jaíba.

É necessário que o Governador atente para os detalhes dos projetos acertados entre o próprio Governo e as instituições internacionais. Quando os técnicos de Brasília e as autoridades de Belo Horizonte descem no aeroporto de Mucambinho, não imaginam o sofrimento e as dificuldades por que se passa para se chegar ao Projeto Jaíba.

Faço um apelo veemente, em nome do trabalho sério que esta Casa fez, em nome de toda a ação parlamentar dos Srs. Deputados, em nome das pessoas que acreditaram, há mais de vinte anos, e continuam acreditando no maior projeto de irrigação de Minas Gerais e do Brasil, para que nos empenhemos numa ação decisiva e para que o Governador Eduardo Azeredo não aceite a passividade e o pouco caso do Governo Federal e consiga arrancar da União recursos suficientes para asfaltar essa importante estrada que vai ligar a civilização ao maior projeto de irrigação do nosso País.

Ainda há pouco o Deputado Raul Lima Neto anunciava que, infelizmente, foi retirada a proposta de emenda ao orçamento da União do asfaltamento da estrada das cidades de Januária, Itacarambi, Manga e Montalvânia. A corda sempre arrebenta do lado mais fraco e, infelizmente, esse lado é a região Norte de Minas, que tem boa representação nesta Casa, que tem as atenções do Governo do Estado, mas não tem a determinação necessária para que ocupe o lugar que merece e precisa. Muito obrigado.

**O Deputado Romeu Queiroz\*** - Sr. Presidente, Srs. Líderes, Sras. e Srs. Deputados, dignos representantes da imprensa, senhoras e senhores, em nome da Liderança do Governo, ocupamos hoje a tribuna desta Casa - nesta etapa final do presente ano legislativo - para fazermos uma prestação de contas das atividades desenvolvidas em nossa função parlamentar. Ao mesmo tempo, agradecemos a permanente cooperação e o alto nível de participação dos Srs. Deputados em todos os assuntos e matérias de relevante interesse público que estiveram sob exame de nossa Assembléia no decorrer deste ano.

A qualidade da produção legislativa neste exercício, com especial referência à apresentação de emendas ou substitutivos que aperfeiçoaram e acrescentaram valores, de mérito e conteúdo, às proposições encaminhadas pelo Poder Executivo a esta Casa - no âmbito de sua competência constitucional -, pode ser medida sob vários ângulos e diferentes análises e avaliações.

Mas para que não sejamos nós os próprios autores do reconhecimento do trabalho parlamentar desenvolvido este ano, podemos trazer o depoimento isento e entusiástico do Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, e do Sr. Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, bem como de todo o primeiro escalão do Poder Executivo, seja do secretariado do Governo, seja dos órgãos de ponta da administração.

Com efeito, em todos os contatos que mantivemos nesses últimos dias, procedendo a uma avaliação criteriosa e objetiva dos resultados alcançados no processo legislativo deste ano, dentro das relações constitucionais que envolvem os Poderes do Estado, pudemos recolher de nossos interlocutores espontâneas e sinceras manifestações de reconhecimento das demais instâncias de poder à competência, à seriedade e à isenção do trabalho desenvolvido pelos Srs. Deputados no ano legislativo que está se encerrando.

Esse fato, visto isoladamente, não teria maior importância em seu aspecto puramente formal, pois o Poder Legislativo deve bastar-se a si mesmo como juiz que é de seus próprios atos e ações. Isso é tão certo como também é ainda mais certo que o melhor e verdadeiro juiz do trabalho parlamentar é o próprio eleitor, responsável final pelo julgamento de nosso desempenho nesta Casa, nas urnas que nos avaliam a cada quatro anos.

Todavia, ressaltamos esse reconhecimento amplo que o Legislativo mineiro vem merecendo no contexto institucional do Estado, exatamente porque a função de governo teve seu papel profundamente modificado dentro do novo arcabouço jurídico-constitucional da administração, em nível dos Estados e da União.

Estabeleceu-se uma relação de parceria, de negociação, de gestão compartilhada de governo, como tem afirmado o Presidente desta Casa, o ilustre amigo e nobre Deputado Agostinho Patrús. É de justiça lembrar que esse novo modelo de condomínio estatal ganhou firme implementação ainda na profícua gestão administrativa do ex-Governador Hélio Garcia.

E foi com este espírito - de franca abertura ao debate e ao livre exame das matérias de iniciativa do Executivo - que assumimos a Liderança do Governo nesta Casa, por honrosa indicação de nosso nome pelo Governador Eduardo Azeredo.

Encontramos nas Lideranças partidárias o mesmo espírito de independência e responsabilidade na apreciação dessas proposições de lei. Em nossas reuniões semanais, muitas vezes realizadas com a presença de Lideranças da Oposição, pudemos vivenciar esse exercício democrático de cooperação, visando aos objetivos maiores do Estado.

E isso sempre se fez sem submeter as discussões a qualquer tipo de constrangimento

pessoal ou sem que elas sofressem qualquer espécie de intolerância sectária.

Exemplo marcante e elevado dessa postura adotada pelas Lideranças da Casa, voltada para a consumação do interesse público relevante, pode ser observado na votação de emendas ao orçamento.

Nossa Casa soube superar a antiga prática da "ficção orçamentária", marcada pela apresentação das "emendas de janela", até compreensíveis num período de espiral inflacionária - em que o orçamento era feito de fato durante sua própria execução -, uma prática que se torna totalmente inviável ou extemporânea numa conjuntura em que passa a vigorar a realidade orçamentária da moeda estável.

Compreendendo esse novo momento, as Lideranças tiveram a plena noção do efetivo interesse público, subscrevendo, como emendas ao orçamento, as propostas já votadas nas audiências públicas regionais, conforme prioridades indicadas pelas bases comunitárias.

Na condição de relator do orçamento, podemos dar testemunho desse alto entendimento das Lideranças e dos senhores parlamentares, numa decisão que fortaleceu, sobretudo, a própria fonte de sustentação deste Poder, a qual emana da vontade popular. Uma vontade que vem encontrando, no instrumento democrático e participativo das audiências públicas, um fértil campo de interação entre o Legislativo e a sociedade, com a abertura e a descentralização do processo decisório do Governo, agora contando também com a participação direta dos Poderes Executivo e Judiciário.

Fazendo um balanço anual, temos um total de 42 proposições de lei encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo neste exercício, de 1995, sendo 4 delas matérias de emenda à Constituição, 2 relativas a projetos de lei complementar e 36, a projetos de lei.

Gostaríamos de recapitular algumas iniciativas do Executivo que mobilizaram todo o corpo legislativo desta Casa, nos trabalhos das Comissões e de Plenário e em reuniões informais, recebendo emendas e aperfeiçoamentos de inegável importância, acolhidos e referendados pelo Poder Executivo.

Como exemplos dessa ampla e efetiva participação legislativa na tramitação e no aprimoramento das citadas proposições, poderíamos relembra as seguintes matérias:

- a que criou a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente e reestruturou a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo;

- a que alterou o prazo de contratação de profissional de notória especialização;

- a que estabeleceu diretrizes para os orçamentos fiscal e de investimento das empresas controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 1996;

- a que criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e alterou a denominação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;

- a que instituiu as regiões administrativas do Estado de Minas Gerais - que pode ser considerada como um caso exemplar da efetiva participação do Legislativo na formulação de uma ação estratégica de governo, na qual o estrito critério técnico pôde ser revisto, ampliado e aperfeiçoado pelos Srs. Deputados, que conhecem, como ninguém, as complexas realidades político-administrativas das diversas regiões do Estado -;

- a que autorizou o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa de Amortização da Dívida - CADIV -;

- a que autorizou a realização de operações de crédito destinadas à reestruturação da dívida pública e à execução de projetos previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -;

- a que autorizou a alienação de ações de propriedade do Estado no capital social da CEMIG e do BEMGE;

- a que autorizou idêntica operação com as ações do CREDIREAL.

Temos, ainda, obedecendo ao mesmo critério de ampla discussão e livre debate, com a incorporação de emendas e aperfeiçoamentos, matérias relativas às férias-prêmio, à FAPEMIG, ao orçamento de 1996, ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - o PMDI - e à redistribuição do ICMS.

Na relação desses grandes temas e assuntos que decidem sobre os rumos da administração pública de Minas Gerais - no campo administrativo, no setor econômico, na área social, no seu plano de desenvolvimento, em seu perfil financeiro -, encontraremos a contribuição do legislador mineiro, em 100% dos casos.

Evidenciam-se, de forma meridiana, o grande esforço parlamentar e a reconhecida contribuição de nossa Casa no aprimoramento de todos os instrumentos legais que aqui mencionamos, entre numerosos outros. Tudo isso sem mencionar, evidentemente, os projetos de iniciativa do próprio quadro parlamentar.

Observamos e constatamos, portanto, que governar deixou de ser, definitivamente, um ato de vontade unilateral de um dos Poderes do Estado, embora caiba ao Executivo a iniciativa em numerosas e importantes ações do Governo. Isso não implica, de forma alguma, a renúncia ou a omissão do Legislativo na competência - que também lhe é inerente - de examinar e modificar, aperfeiçoando, as matérias que devem passar pelo seu crivo.

Dentro da filosofia que adotamos, de ampla negociação, tendo em vista os mais altos fins da administração pública, casos houve - e não foram poucos - em que não tivemos a pretensão de deter a autoria das emendas, mas acatamos, sim, sugestões pertinentes que nos chegaram e que tiveram sua origem, em mais de uma oportunidade, na própria Oposição.

Em decorrência de todo esse processo de busca e formação de consenso em torno da elaboração das políticas públicas, as comissões desta Casa tornaram-se palco da presença constante e assídua dos Secretários de Estado e de representantes de todas as áreas do Governo.

Assim, sobretudo os titulares das Pastas do Planejamento, da Fazenda, da Casa Civil, da Administração e da Agricultura, bem como os da Assessoria Especial do Governador, entre outros, aqui compareceram por numerosas e repetidas vezes.

Também nas reuniões semanais de Lideranças, os membros do secretariado e de órgãos públicos estiveram presentes em diversas ocasiões, ora prestando esclarecimentos sobre matérias em tramitação, ora ouvindo e acatando sugestões correspondentes apresentadas pelos Líderes, com os quais sempre buscamos trabalhar em regime de colaboração. Por sinal, um dos representantes do Executivo nos confidenciou que tinha a sensação de estar participando de um autêntico sistema parlamentarista de governo, tantas foram as vezes em que aqui compareceu, observando que essa integração harmônica e independente entre Legislativo e Executivo vem, de fato, aperfeiçoando a gestão administrativa do Estado.

Com efeito, o Governador Eduardo Azeredo vem realizando, em parceria com os demais Poderes, um trabalho que se credencia ao respeito e à admiração de nossos concidadãos, em Minas e no País, em sintonia com as melhores tradições de nosso Estado, nos valores da probidade e da sensatez que enaltecem os mineiros, enquanto também acompanha as linhas de mudança no plano nacional e no cenário internacional.

Com ênfase especial na área social, o Executivo mineiro vem abrindo novas frentes para o desenvolvimento sustentado de nossa economia, consolidando a inserção de Minas no mercado externo, atraindo investimentos novos para o Estado e avançando programas e projetos estratégicos que colocam Minas Gerais em posição de vanguarda para assumir papel de liderança no novo ciclo de desenvolvimento do País. Um País que precisa acertar sua dívida social interna para ocupar posição de nação moderna no contexto das novas relações políticas e econômicas mundiais, no instante em que o nascente MERCOSUL já estabelece parcerias e projetos comuns com a União Européia.

Devemos proclamar que a qualidade da administração pública de Minas Gerais muito deve à qualificação dos servidores públicos mineiros. Já dissemos - e repetiremos sempre - que nosso Estado detém os melhores quadros do serviço público brasileiro. Dificuldades sazonais de caixa não podem negar o compromisso do Governo Eduardo Azeredo com a valorização dessa categoria profissional, dentro do programa de melhoria das condições integrais de trabalho do servidor, que deve ser plenamente cumprido no atual Governo.

Aproveitamos esta ocasião para estendermos nossos agradecimentos ao funcionalismo desta Casa, de cuja competência temos dado permanente testemunho durante todo o nosso exercício parlamentar. De especial modo agradecemos, nesta oportunidade, a equipe de alto nível que colabora diretamente com esta Liderança, desdobrando-se em incansáveis jornadas de trabalho, sempre em busca da melhor informação e do mais perfeito esclarecimento de todos os assuntos que nos exigem atenção diária e constante.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, senhoras, senhores, esta sintética retrospectiva do ano legislativo de 1995, no que diz respeito às proposições de lei de iniciativa do Poder Executivo, fornece um claro e amplo perfil do dinamismo e do volume da atividade parlamentar neste presente exercício, no qual fomos convocados a deliberar sobre temas e questões que, como disse, definem os próprios destinos da administração pública de Minas Gerais, seja em curto, seja em médio e longo prazos.

A imprensa mineira soube traduzir, com isenção jornalística e elevado senso profissional, esse novo momento político-administrativo do Estado, o que se concretizou em uma densa e profunda cobertura das atividades parlamentares deste ano, abrindo espaço ao livre debate das idéias, sem faltar com a informação correta e a crítica construtiva.

Constatamos, portanto, que nosso País mudou, e também estão mudando nossas instituições. Nesse quadro de profundas mudanças, a administração pública vê-se desafiada a acompanhar o ritmo veloz das transformações que se dão no processo social, econômico e institucional do País.

O parlamento, como uma das expressões avançadas das funções de governo, também se adapta, espontânea ou forçosamente, a esse dinâmico processo de mudanças.

Nesse contexto, o cenário legislativo não pode mais fixar-se na fórmula rígida e dogmática configurada ou conformada por aqueles que são contra e aqueles que são a favor do Governo. A posição do sim ou do não compulsórios e automáticos perde qualquer consistência quando nos colocamos diante da realidade dos fatos - uma realidade complexa e multifacetada -, que está adiante e muito além do simplismo

colocado nas opções fechadas de escolha entre a ou b.

Mais importante, no quadro atual, torna-se a visão ampla e geral de tudo aquilo que possa convergir, de modo efetivo e real, para a concretização do interesse público.

Esse é o caminho que adotamos para o exercício da Liderança do Governo nesta Casa, sob a forma de uma coordenação entre iguais. É o caminho que abre espaço para uma visão plural e aberta dos assuntos em discussão e das matérias sob exame do Legislativo.

O Colegiado de Líderes soube compartilhar intensamente dessas responsabilidades, o que nos permitiu abolir - repetimos - qualquer tipo de personalismo no exercício de nossas funções.

Exatamente por isso, ao fazermos hoje este balanço do ano parlamentar, na esfera de nossa atuação, temos a plena consciência de que seus resultados decorrem da ação conjunta dos Srs. Deputados, ação que enaltece, antes de tudo, o próprio Poder Legislativo.

Estamos convencidos de que este caminho - que busca resolver ou encaminhar o contraditório por via do diálogo e pela conquista de alternativas viáveis, nascidas do debate idéias - é o caminho que fortalece o Poder Legislativo e consolida essa grande experiência democrática em pleno curso e em franca afirmação em Minas Gerais e em todo o Brasil. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aguardando a entrega do relatório, para que possamos iniciar o debate de matéria tão importante e que, infelizmente, para variar, estamos tendo que analisar e votar a toque de caixa. O projeto chegou há muito tempo. Entretanto, o relatório, apresentado pelo Deputado Clêuber Carneiro, modifica o projeto original do Governo e isso nos foi entregue hoje, pela manhã. Tivemos pouco tempo para examinar a matéria.

Ao mesmo tempo, examinando o relatório apresentado pelo ilustre Deputado Clêuber Carneiro, percebemos que existem modificações das quais discordamos. Em primeiro lugar, entendemos que a modificação da quota única por município não pode ser aceita, porque altera os 15% propostos no projeto original do Governo, com o qual havíamos concordado. Dentro desses 15% ainda estávamos trabalhando. Além de o Deputado mexer nos 15%, mexe também nos 10%. Então, discordamos desse encaminhamento.

O Deputado altera, ainda, o critério usado na área da saúde, mudando a fórmula do cálculo para gastos "per capita". Isso traz problemas e prejuízos para aquelas cidades que têm que atender às demandas regionais. Queremos que existam critérios mas que eles sejam coerentes. Também no cálculo referente à educação, o projeto anterior definia que seria feita uma média de três itens: gastos em educação, capacidade mínima e relação entre alunos matriculados. O substitutivo leva em consideração apenas um item, em nosso entendimento, o pior, que privilegia o critério custo/aluno. Isso privilegia os municípios que gastam menos por aluno. Achamos que ficou de fora um item extremamente importante: municípios que hoje gastam recursos fazendo investimentos na área da pré-escola estão sendo penalizados. Esses municípios, no nosso entendimento, deveriam ser privilegiados. O que vemos no substitutivo, entretanto, é um prejuízo para quem gasta com a pré-escola, pois vai ficar de fora. Isso prejudica, e muito, alguns municípios que hoje vêm gastando com a pré-escola. Como educador, entendo que a pré-escola é importante. Por isso, manifestei-me contrariamente na comissão e estou me manifestando da mesma forma aqui.

No item meio ambiente, o relator inclui uma unidade de conservação do município onde se inclui a conservação privada. Não sei qual foi o fator que ele utilizou, e ele não aparece no anexo que foi distribuído, que é o Anexo IV, referente a esse item. Assim, não temos como saber o que se pretende, quais serão essas unidades e o peso que elas terão.

Outro item que queremos discutir e do qual queremos discordar é o fato de o relator engessar esta Casa, fazendo com que, em 1998, tenhamos que mexer no critério dos 10% do VAF, aumentando o percentual, que, hoje, estamos alterando, em torno de 15%. Felizmente, na comissão, ele aceitou a argumentação de que isso dificultaria muito.

Para finalizar, o relator coloca, em seu relatório, que os municípios apenas saberão quais são as perdas e os problemas a partir de 31/12/95. Sendo assim, estaremos votando um projeto com o qual nem o relator nem esta Casa saberão quem vai ganhar ou quem vai perder, pois ele está dizendo, no próprio relatório, que os atos serão publicados no "Minas Gerais" em 31/12/95. Isso nos deixa em uma situação difícil. Como vamos aprovar um projeto cujos resultados saberemos apenas em 31 de dezembro? Como chegaremos a esses municípios sem uma resposta positiva ou negativa, antes desse prazo? É preciso redefinir essa situação para que tenhamos critérios claros e para que as informações cheguem a todos os Deputados, o que, infelizmente, não vem ocorrendo com relação a esse relatório apresentado pelo Deputado Clêuber Carneiro. Nosso posicionamento é pela manutenção do projeto original, com algumas modificações, e pela rejeição do substitutivo. Muito obrigado.

**O Deputado Glycon Terra Pinto** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e

senhores ouvintes, 20 de novembro de 1995, Dia Nacional da Consciência Negra! Resgate da memória de um grande líder! Vitória da luta pela liberdade!

Em 1695, no Quilombo da Serra da Barriga, no sertão de Alagoas, morre Zumbi e mais centenas de outras pessoas que ali se abrigavam, fugindo da escravidão. Se ele se atirou do penhasco, se tombou em combate e teve o corpo decapitado e a cabeça exposta pelos rincões nordestinos, são dúvidas que os pesquisadores não têm como elucidar. Precisa, porém, é a informação de que por cerca de 100 anos sobreviveu essa estrutura comunitária, equivalente a uma república, onde representantes eram eleitos e decisões tomadas pelo voto da maioria. Todos trabalhavam pelo bem comum. Tratava-se da primeira verdadeira democracia instituída no território brasileiro. Nunca, na nossa história, uma resistência durou tanto tempo, foi tão forte e tão bem organizada!

Qualquer que seja a versão para as mortes do Gangazumba e daqueles que o seguiam, o que realmente interessa é a evidência de que, sem liberdade, a vida não faz sentido. Capturados como animais, retirados da terra onde eram livres, trazidos para este continente em infectos porões de navios, recebendo os mais terríveis maus-tratos, aqui vieram parar grandes contingentes da população africana. Separados da terra natal, dos familiares, das tradições, tiveram a dignidade e o destino transformados da forma mais asquerosa a um ser humano: foram vendidos como escravos. Viram-se aviltados de todas as formas: forçados ao trabalho de sol a sol, submetidos à vontade dos seus senhores e senhoras e, até mesmo, obrigados a renegar convicções religiosas que traziam da origem.

E o negro trabalhou e trabalhou... O suor do seu corpo fertilizou essas terras. O ouro e as pedras preciosas saíram das profundezas do solo por meio de suas mãos. O paladar dos senhores nas fazendas se deliciou com o sabor de variados quitutes feitos pelos escravos. Do seio das amas pretas brotou, generoso, o leite que sustentou a vida das crianças das elites coloniais. Mais que alimento, o Brasil sugou daqueles seios os valores e os sentimentos de uma cultura. Os cantos de tristeza, aprendidos na mãe África, ecoaram no Novo Mundo, emocionados. A alegria contagiante do negro ultrapassou os sofrimentos e fê-lo dançar nas senzalas. O artesanato, criativo e útil, enriqueceu as casas e encantou os senhores. Matizes brilhantes reforçaram as cores da terra, onde se plantando tudo dá!

Sua alma, sua inteligência, seus sentimentos, ele nunca permitiu se deixassem escravizar. Aqui, suas tradições se misturaram às européias, dando origem a uma sociedade com características peculiares de variada miscigenação. O negro se rendeu ao trabalho escravo, e, hoje, sem nenhum tipo de constrangimento, rendemo-nos à força e à magnitude de sua influência. O que seria hoje o Brasil sem a efetiva participação desse contingente humano? Em princípio, a exploração das lavouras de café, fumo, cana-de-açúcar e cacau, a mineração e a criação de gado, atividades que muito sacrifício exigiram em sua origem, não teriam ocorrido, além de que, sem a presença negra, não teria sido possível povoar o País imenso que Cabral descobrira. Sem o escravo, Pernambuco não poderia possuir, já em 1576, ou apenas 76 anos após o descobrimento, nada menos de 50 engenhos e uma exportação anual de 70 mil arrobas de açúcar, números esses que aumentaram de ano para ano, atingindo grandes proporções e fazendo a riqueza dos colonos e de Portugal. A arquitetura colonial das cidades históricas como Ouro Preto, Diamantina, Salvador e Olinda é prova incontestável do que representa a participação dos filhos da África e seus descendentes na formação do patrimônio artístico-cultural do Brasil.

E hoje em dia? Seria sensato um questionamento sobre essa eficácia? Claro que não! Somos cerca de 65 milhões de brasileiros de origem negra ou afro-mestiça. É um número tão representativo, tão imenso que, por si só, fala mais alto que qualquer outro argumento. E as vozes desses milhões de brasileiros estão ecoando não mais nas senzalas, não mais nos quilombos, mas nos grandes centros urbanos. Reivindicam reconhecimento. O reconhecimento por tantos serviços prestados ao País. Reivindicam o direito à saúde, à educação, ao trabalho bem remunerado, ao tratamento igual. Exigem o direito à cidadania completa, pois foram obrigados a se entregar completamente ao Brasil.

Ao repudiar a condição de escravo, liderando todo um povo em busca do maior bem de um homem, a liberdade, o grande herói nos mostra que não vale a pena viver a não ser livre. A saga de Zumbi nos mostra que, tanto quanto de alimento, o ser humano precisa do respeito a sua dignidade, aos seus valores e a sua fé. E, mais que isso, o cidadão de nacionalidade brasileira quer ver reconhecidos seu mérito e sua competência na execução da tarefa de criador e mantenedor do progresso desta Pátria, mãe provedora e abençoada de descendentes de todas as etnias.

---

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 51, III, § 2º, e art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Miguel Arcanjo da Costa Barbosa, no período de 7/12/95 a 16/12/95.

Mesa da Assembléia, 28 de dezembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

---